

REVISTA de INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 43 • nº 172

Outubro/dezembro – 2006

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Estado Palestino

Perspectivas

Hugo Hortêncio de Aguiar

Sumário

1. Introdução. 2. Resumo histórico. 3. Ocupação da Palestina: anomalias. 4. Uma prospecção, sem o terrorismo. 5. Uma perspectiva, com a situação atual. 6. Conclusão.

1. Introdução

Este resumo histórico, a seguir, contém as idéias básicas já expostas em artigos anteriores nossos com relação à Palestina, mas agora num enfoque mais amplo e conclusivo, com a finalidade de adaptá-lo a uma análise menos mística e mais realística da situação política atual.

É claro que é praticamente impossível a abstração dos enfoques bíblicos e místicos quando relatamos episódios marcantes do passado que tiveram como protagonistas judeus, árabes e cristãos, representantes autênticos das três grandes religiões mono-teístas existentes.

À medida que o resumo vai tratando de fatos mais atuais, o matiz político vai prevalecendo cada vez mais, embora certos traços básicos do misticismo desses personagens da história mantenham sua posição inabalável e, pelo contrário, sejam mais exacerbados no direcionamento das atividades aparentemente ilógicas.

Queremos expressar, sem falsa modéstia, que todas as previsões que fizemos nos artigos anteriores foram confirmadas, e sobre isso faremos referências no decorrer do trabalho.

Hugo Hortêncio de Aguiar é Coronel do Exército reformado, professor e especialista em culturas eslavas e do Oriente Médio.

2. *Resumo Histórico*

2.1. *Períodos bíblicos*

O primeiro período trata da conquista da Terra de Canaã pelos israelitas, pelas armas, mas sob a inspiração monoteísta de Moisés, cerca de 1250-1200 aC. Essa conquista perdurou até a tomada de Jerusalém por David lá pelo ano 1010 aC, que a transformou em capital do reino de Israel¹.

Jerusalém, que adotara muito antes o nome de Salém, depois Cidade de Jebus (ou dos Jebuseus), era agora a sede do Templo a ser construído logo a seguir por Salomão, no Monte Moria, que os judeus indicam como local em que Abraão iria sacrificar seu filho Isaac, em obediência a Javé, e como prova de fé. Isso há cerca de 500 anos antes. Era o início da consagração da Esplanada do Templo (ou Monte do Templo), que caracterizou durante longo período, e continua caracterizando até hoje, a base concreta e o pilar da fé judaica, embora transferida, mercê dos invasores, para o Muro das Lamentações ou muro Ocidental, que passou a ser o local mais sagrado para o judaísmo.

Nesse primeiro período, dos três elementos cogitados neste estudo, judeus, árabes e cristãos, somente os primeiros eram habitantes da região, junto com os cananeus, consistindo os segundos, os árabes, apenas em esparsos e raros descendentes de Ismael, unidos a arameus e hebreus, e vagando como nômades a leste do Jordão e mais ao sul, na Iduméia. Cristãos, só 1400 anos depois, com os discípulos de Jesus.

O segundo período bíblico coincide com a invasão romana da Palestina, a partir de 63 aC. Os israelitas, sob a etnia de judeus, galileus, samaritanos e idumeus, com prevalência absoluta dos primeiros, constituíam a população real da área, embora houvesse contingentes vários, mas reduzidos, deixados por outros conquistadores. Os árabes apenas iniciavam, como caravaneiros, as escaladas para o Norte, pelas trilhas da atual Transjordânia, em busca de centros

comerciais para as suas trocas, e nem sequer se cogitava da futura religião de Maomé. Os cristãos, com Jesus de Nazaré, passaram a marcar presença.

É importante ressaltar que, com a destruição do Templo e da cidade de Jerusalém pelos romanos, que originou a segunda Grande Diáspora (a primeira foi o exílio da Babilônia), os judeus concentraram suas atividades em Iavné e muitos núcleos permaneceram na Palestina, estabelecendo-se na Galiléia pelo menos vinte e quatro grupos de colonos, distribuídos pelas principais vilas e aldeias daquela região².

Ao contrário do que seria esperado, o sacrifício imposto (cerca de 10.000 mortos judeus, em apenas dois a três dias de resistência) tornou-se um marco memorável na história da Capital, que mais ainda fortaleceu os vínculos dos expatriados com seu Templo, e o anseio místico de retorno tornou-se ainda mais messiânico.

2.2 *Períodos medievais*

Com a divisão do Império Romano entre Ocidente (Roma) e Oriente (Bizâncio), em 395 dC, a Palestina teve o grande contato com os cristãos, pois a transferência da tutela dos romanos para os bizantinos foi automática.

A colonização bizantina, apesar do grande impulso arquitetônico dado aos monumentos e templos sagrados do cristianismo, não foi muito profícua administrativamente, e as dissenções internas do império bizantino, assim como a guerra com a Pérsia, muito o enfraqueceram, de modo que não houve muita resistência à invasão árabe em 638 dC.

Ainda no período bizantino-cristão, continuaram os judeus dispersos pela área, apesar de restrições impostas pelos cristãos orientais, e as populações se equilibraram entre judeus e cristãos.

Na fase seguinte, de domínio árabe-mulcumano, foi a primeira vez em que a população árabe prevaleceu, mas os judeus conseguiram uma relativa paz, enquanto os cristãos praticamente deixaram de existir na

área. Ressaltemos que nesse período, iniciado em 638 dC, aconteceu realmente a primeira invasão da palestina pelos árabes, que mantinham boas relações e acordos com os judeus, ao contrário do que era relativo aos cristãos, cujos templos foram substituídos por mesquitas árabes, particularmente a mesquita de Omar (Domo de La Roca) e a Mesquita El Aqsa, na Esplanada, que passaram a consagrar aquele patamar de Jerusalém como o mais sagrado lugar mulçumano da Palestina.

A adoção de Jerusalém como capital mística foi tão intensa, que os árabes transferiram para Ramle³ os órgãos administrativos do seu governo, para não macularem a nova Cidade Santa, que passaram a chamar de Al Quds Al Shariff (o Venerável Santuário).

As Cruzadas tiveram início em 1099 dC, e aconteceram alternâncias no domínio da Terra Santa (nome dado à Palestina) com Saladino (mulçumano) e mongóis até 1291, quando a última Cruzada, a oitava, abandonou Acre⁴, e teve início um longo período mulçumano.

Não devemos esquecer que a invasão árabe-mulçumana de 638 dC, que antecedeu a primeira Cruzada, é o marco inicial da contagem de tempo para posse da Palestina pelos árabes, 1900 anos depois dos israelitas (judeus) e 235 anos após os cristãos (bizantinos).

A motivação dos judeus (israelitas) foi mística, em busca da Terra Prometida, e a dos árabes, pela expansão, sob a bandeira do Islã. Porém, ambas foram feitas pelas armas. A primeira invasão cristã foi decorrência de uma mudança política, a dos bizantinos, e a segunda (a primeira Cruzada) foi pelas armas.

Essas considerações são essenciais para avaliação das atuais reivindicações por judeus e palestinos sobre terras na Palestina, uma vez que os cristãos ocidentais, componentes das Cruzadas, não tiveram resultado muito satisfatório contra os “infiéis”, como eram considerados os mulçumanos,

que foram hostilizados pelos Cruzados. Pior ainda para os judeus, que foram perseguidos por estes últimos.

Não podemos incluir os Cruzados no rol dos combatentes sob a bandeira do misticismo, pois, embora o lema fosse religioso, a organização das cruzadas foi prevalentemente política.

Após o término melancólico das Cruzadas, em 1291 dC, teve início um longo período mulçumano. Em primeiro lugar, com os mamelucos, cuja base era o Egito. Em segundo lugar, com os turco-otomanos, até o mandato britânico, depois da primeira Guerra Mundial.

Apesar de professarem a mesma religião, o islamismo, os árabes não tiraram muito proveito desse ambiente favorável, sendo o principal fator a limitação tecnológica.

Assim é que, exceto na fase árabe-mulçumana, de 638 dC-1099 dC, a população judaica equivalia à árabe, mesmo na fase dos mamelucos e dos turcos.

Quanto aos cristãos, com exceção do período bizantino, estiveram em minoria, representados apenas em missões religiosas, conventos e mosteiros e guarda de lugares santos.

Os judeus, pelo contrário, apresentaram uma evolução espantosa na Terra Santa. Com os mamelucos, o aumento de colonos judeus foi surpreendente, pois, com a expulsão da Espanha em 1492 dC, os “Sefaradim” (judeus espanhóis) imigraram todos para a Palestina, tornando-se o maior contingente de sua etnia naquela região.

Com os turco-otomanos, os judeus fizeram realizações de todo tipo⁵. Vamos enumerar as principais: reconstrução de Tiberíades; fundação de uma escola agrícola em Mikvé; obras do barão de Rotschild; primeira Aliá⁶; colônias judaicas em Petakh Tikvá; estabelecimento do idioma hebraico; segunda Aliá; fundação do primeiro bairro da Nova Jerusalém (a judaica); fundação de Telaviv; fundação das primeiras aldeias coletivas.

2.3. Períodos modernos

Assim, quando eclodiu a primeira Guerra Mundial, antes de o Mandato Britânico ser instalado na Palestina em 1920, com a expulsão dos turcos, os ingleses já encontraram uma colonização judaica avançada na área, quando invadiram a Palestina em 1917.

A população crescia significativamente, e esse aumento foi maior ainda com a Declaração de Balfour, o término da Primeira Grande Guerra e as técnicas agrárias de inspiração socialista, que na ex-URSS fracassaram, mas que em Israel foram um sucesso com os nossos conhecidos Moshavim e Kibutzim e outros, embora Israel já tivesse experiência desse tipo antes da Revolução Russa. Até batalhões judaicos foram formados e ajudaram os britânicos na luta contra os turcos. Esses combatentes judeus, com a derrota dos turcos, foram a base da Haganá, Força de Defesa de Israel.

Como vimos, a Segunda grande Diáspora, se violentou o espírito místico dos judeus, afastando-os dos seus lugares sagrados, proporcionou a assimilação de um grande número de tecnologias modernas dos vários países em que estavam dispersos, particularmente na Europa.

Os árabes, na maioria camponeses, carentes de uma técnica agrícola mais produtiva, foram perdendo espaço para os colonos judeus, o que motivou atritos entre árabes e judeus, iniciados em 1921, repetidos em 1929 e intensificados em 1936-1939, nos dias que precederam a Segunda Grande Guerra.

Mas houve muita resistência, tanto à cooperação militar dos judeus às forças inglesas quanto à imigração dos judeus oriundos da URSS (por causa dos “progroms”) e da Alemanha. Muitos perseguidos pelos nazistas poderiam ter sido salvos se não houvesse restrições à imigração por parte dos ingleses, que, num *mea culpa* tardio, após a vitória dos aliados, apoiaram tudo em favor do Novo Estado de Israel.

Com o aval internacional dado pela ONU à criação do Estado de Israel, teve início um período na Palestina com feição

política nova, que seria tema para um estudo mais longo.

Contudo, num relance sintético, diríamos que, com a Alemanha derrotada e o renomado Holocausto, houve uma pressão muito forte, imposta pelos países vitoriosos, para a efetivação da Declaração de Balfour de 1917, de um lar para os judeus, em que pese o fato de que muitas nações, não somente algumas árabes, assinaram a resolução de 29 de novembro de 1947, da ONU, criando um Estado de Israel, com muito pouca simpatia.

Com a efetivação da Resolução de 14-15 de maio de 1948, pelos próprios judeus, os ingleses se retiraram da Palestina.

Os judeus foram forçados a montar, em linhas gerais, a Eretz Israel (Terra de Israel) sobre uma partição de terras entre judeus e árabes que, realizada pelos ingleses no ano anterior, atendendo o aparente justo critério *ut possedetis*, não atenderia no futuro nem a judeus nem a árabes, pelos especiais aspectos da Palestina⁷. Nessa época, em 1948, a população judaica era aproximadamente de 630.000 e a de árabes, 130.000.

Tão logo os ingleses se retiraram, o Líbano, a Síria e o Iraque, a Jordânia e o Egito invadiram Israel, ainda no ano de 1948.

Os árabes, em esmagadora maioria numérica, foram derrotados em todas as frentes, nessa guerra que os judeus chamaram de “Libertação”, mas que não deu muito lucro territorial aos judeus.

Contudo, a libertação heróica da Nova Jerusalém (a judaica), da enorme pressão árabe, que a fez se isolar do resto do país, foi uma prova de resistência e sacrifício; mas a Cidade velha (intramuros) ficou nas mãos da Jordânia.

A repartição de terras, proporcionada pelo armistício do ano seguinte, 1949, confirmando, em linhas gerais a demarcação anterior, de 1947, foi um erro de avaliação dos judeus, que só pode ser minimizado pelo argumento da forte pressão internacional.

Assim, a Banda Ocidental (ou margem Ocidental ou Cisjordânia) ficou sob admi-

nistração da Jordânia, enquanto a Faixa de Gaza ficou administrada pelo Egito.

A maior vitória dos judeus, mística e política, foi ter sido reconhecido internacionalmente o Estado de Israel na Terra de Israel, o que trouxe para a relação árabe-judaica um antagonismo definitivo.

A ocupação efetiva da área que lhe foi destinada deu motivo a Israel para expulsão de palestinos de cerca de 200 vilas árabes situadas na área, o que deu início a um ciclo de refugiados palestinos, que procuraram refúgio nos países árabes periféricos.

Embora esses distúrbios agrários entre assentamentos árabes e judaicos já viessem de 1921, agora esses atritos iriam tomar uma forma política mais séria, pois, com a superioridade técnica e militar dos judeus, as expulsões de palestinos iriam se transformar, com o passar do tempo, num grave problema futuro: os refugiados palestinos.

Em 1956, por ter Israel ficado ao lado da Inglaterra e da França nas pretensões desses dois países, traduzidas em força sobre o canal, o Egito atacou Israel no Sinai, sendo repellido até as margens do canal de Suez.

Forçados por pressão internacional (EUA e URSS), os judeus se retiraram, em troca de uma Força Internacional na zona neutra, limite entre Israel e Egito. Essa Força (Batalhão de Suez) abandonou a área, após algum tempo, numa retirada um tanto melancólica.

Guerra dos Seis Dias (1967)

O estado de tensão, desde a oficialização do Estado de Israel, vinha aumentando muito, traduzido em provocações mútuas entre árabes e judeus.

Esse clima de hostilidade mútua terminou com a Guerra de 1967 (mais conhecida como Guerra dos Seis Dias), em que Israel, numa ação vertiginosa e de surpresa, conquistou o Sinai, unificou a Grande Jerusalém, tomando a Cidade Velha da Jordânia, e ainda conquistou grande parte das Colinas de Golan, na Síria, por motivo de segurança. Paralelamente, assumiu o controle total

da Margem Ocidental (Cisjordânia) e da Faixa de Gaza.

Com o aumento da área administrada, mesmo com a devolução do Sinai, a pressão aumentou muito na Cisjordânia contra os colonos Palestinos, os assentamentos judaicos se multiplicaram e o número de palestinos desalojados chegou a centenas de milhares.

Guerra de 1973 (Iom Kipur)

Essa guerra pode ser considerada a última tentativa de árabes (Síria e Egito) enfrentarem os judeus em operações de guerra convencional. Embora apanhados de surpresa, os judeus acabaram mesmo levando a melhor mais uma vez, tendo havido muita divergência quanto aos resultados práticos.

Sadat, presidente do Egito, aproveitou habilmente um armistício para tirar frutos políticos. Estabeleceu uma base sólida para uma paz futura e permanente com Israel, tendo realizado poucos anos depois uma visita de paz a Jerusalém, que lhe valeu, juntamente com Menahem Begin, Primeiro Ministro de Israel, o Prêmio Nobel da Paz.

Foi uma jogada política de mestre, com que os presidentes egípcios (inclusive o atual) vêm mantendo uma linha de equilibristas virtuosos entre os dirigentes ocidentais e os interesses árabes. Quem não gostou nada foi o terrorista mulçumano, que, a partir de 1973, intensificou sensivelmente os seus ataques contra Israel e ultimamente contra o próprio Egito. Como todos sabemos, o Egito, cuja etnia é árabe, é um país de reconhecida tendência ocidental.

3. Ocupação da Palestina: anomalias

Após a guerra de 1948, vencida pelos judeus, e o armistício com os árabes em 1949, a Palestina assumiu praticamente a configuração atual, distribuída entre judeus e palestinos.

É um painel tumultuado, anômalo e com distorções facilmente detectáveis, fruto do que a terra representa: ponto de encontro do

Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul, do bíblico e do histórico, do religioso e do secular, da tradição e da cultura (O Guia de Israel- Ed. 1972). E, acrescentamos nós, do místico e do racional.

São inúmeras as causas desse confuso conglomerado humano polifórmico; mas vamos nos ater às mais expressivas, contidas, explícita ou implicitamente, no nosso resumo histórico, particularmente aquelas a partir da Invasão Britânica (1917), porque são suficientes para a análise das nossas projeções sobre o futuro das partes em conflito.

3.1. Causas Geográficas

3.1.1. Físicas

O que chamamos de Palestina é a área de Eretz Israel (Terra de Israel), acrescida da Cisjordânia (Margem ou Banda Ocidental), da Faixa de Gaza e das Colinas de Golan, estas três últimas administradas por Israel.

A Terra de Israel tem uma superfície de 20.700 km², as outras três (Cisjordânia, Faixa de Gaza e Colinas de Golan) medem, respectivamente, 5.878 km², 363 km quadrados e 1.150 km². No total, a superfície da Palestina é de 28.091 km², ocupados por judeus, árabes-palestinos e minorias (cristãos e outras).

Podemos logo concluir, à luz desses dados:

– A área da Palestina é mínima se compararmos com a dos países continentais asiáticos; além disso, por ser um problema

estrutural, vai se constituir num contraste insolúvel quando os contingentes populacionais de judeus e árabes atingirem um nível mais alto, o que é esperado num prazo médio, com vistas à imigração.

– Os dois limites da área habitada são, a Oeste, a costa do Mar Mediterrâneo e, a Leste, a linha balizada pelo cume das alturas de Golan, pela margem Oriental Sul do lago de Genezaré, pelo Rio Jordão, o Mar Morto e a baixada do Aravá. Entre essas duas linhas não há mais nenhuma outra de acidentes naturais que possa definir uma fronteira entre Estados.

– Além dessas características negativas, a área apresenta escassez de água doce, baixa pluviosidade e irrisório índice higrométrico, além de contrastes naturais notáveis. Mais ainda: a pequena largura da parte central do território, comprimido entre as montanhas da Judéia e da Samaria, de um lado, e o Mar Mediterrâneo, do outro, é de importância significativa para a análise do fluxo das populações que ali se confrontam.

3.1.2. Humanas

Todas as deficiências apontadas vão aumentar de valor quando referenciadas às populações que habitam a área.

Os dados sobre população são aproximados e não refletem realmente o mapa demográfico. Por exemplo: de acordo com as últimas pesquisas, o número de não-judeus está superando levemente o de judeus, embora possamos dizer, com a margem percentual de erros, que há uma razoável equivalência.

	População	hab/km ²
Terra de Israel	5.000.000 (incluindo árabes assimilados, cristãos e outras minorias)	248
Cisjordânia	2.800.000 (incluindo 250.000 judeus assentados, cristãos e outras minorias)	474
Faixa de Gaza	1.300.000 (só árabe-palestinos, minorias inexpressivas)	3.600
Golan	8.000 (quase todos “drusos”)	6,9

Além desses índices demográficos citados, alguns preocupantes e com perspectivas de ficarem mais graves ainda, não devemos esquecer que pela Palestina passaram, como habitantes ou invasoras, mais de vinte nações, deixando, em maior ou menor grau, alguma marca de seus traços culturais.

Algumas dessas nações estão representadas ainda por pequenos contingentes que, somados aos habitantes atuais, já analisados, formam um quebra-cabeça cultural de complexa montagem.

3.2. *Causas históricas*

São verificadas em todos os períodos históricos, iniciando pelo nome “Palestina”.

Como é a “terra dos palestinos”, sabemos que é a tradução do termo grego “filisteus” para o hebraico “pêlishtim” (sh=ch), que por sua vez é oriundo do verbo “palasha”, que significa “invadir”. Assim, Palestina é, lexicamente, a Terra dos Invasores, mas não dos invasores israelenses e, sim, dos filisteus. Os israelitas (depois, os judeus) jamais aceitaram o nome Palestina para a sua Terra de Canaã ou Terra Prometida, transferindo o patrocínio da invasão a um povo pagão e politeísta como o filisteu.

Nem mesmo depois de oficializado o nome da região para Palestina (abreviação de Síria-Palestina), pelo Imperador Romano, Hadrianus, em 135 dC, foi aceito. Essa foi a primeira distorção, de caráter onomástico, para a Palestina.

2) Como afirmamos no início do presente item três, embora tenha havido inúmeras causas de anomalias na ocupação da Palestina em todos os períodos históricos, por uma questão de simplificação do estudo, vamos apenas considerar aquelas a partir da invasão Britânica, em 1917, mesmo porque são suficientes para o esclarecimento das projeções futuras sobre as partes do conflito.

Dos períodos anteriores, julgamos necessário ressaltar apenas o misticismo judaico com base no monoteísmo de Abraão e sua

realização messiânica terrena com a criação de um reino soberano (o de Israel), na Terra de Israel, com a sua capital bíblica (Jerusalém), sede do Templo, centro espiritual e de comunicação com Javé.

Essa tríade (Estado, Capital, Templo) é a base da fé dos judeus e das atitudes do seu povo e do seu governo.

Quanto aos árabes, queremos dizer que a sua motivação na ocupação da Palestina foi a sua expansão territorial com a bandeira do Islã. O seu misticismo prendeu-se mais a Jerusalém, adotada como Cidade Sagrada, com os lugares sagrados na Esplanada, símbolo místico da trajetória de Maomé.

Os cristãos em minoria flagrante na Terra Santa, terão também a sua vez, como mediadores, nas conclusões finais.

Quando os ingleses invadiram a Palestina, em 1917, encontraram uma avançada colonização judaica na área. Esse desenvolvimento foi surpreendente, com realizações já citadas em parte no nosso resumo histórico. Esse progresso foi tão marcante que somente o aumento da imigração, o estabelecimento de núcleos agrícolas e o início de construção da Nova Jerusalém (futura Capital), tudo sob regime mulçumano dos turco-otomanos, serviriam para caracterizar uma ocupação anormal, anômala. A ação das organizações judaicas foi tão eficiente que, quando os ingleses chegaram, os judeus já estavam em condições de formar batalhões combatentes, para ajudá-los na luta contra os turcos. Com a expulsão dos turco-otomanos em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial, o apoio das nações à Declaração Balfour (um lar para os judeus) e a criação do Mandato Britânico em 1920, a Palestina sofreu uma mudança radical em sua vida política.

Durante o Mandato Britânico (1920-1948) os eventos mais influentes foram: Terceira Imigração (Aliá III)-1920; fundação do 1º Kibutz (Ein Jarod) e do 1º Moshav-1920; fundação da Federação do Trabalho (Histradut) -1920; primeiros atritos árabes-judaicos-1921; estabelecimento de um governo

árabe na Transjordânia-1922; organização da Haganá (Força de Defesa de Israel)-1922; novos atritos entre árabes e judeus – 1924 e 1936–1939; início da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto-1939; desde 1935, limitação da imigração judaica e venda de terras; com a derrota da Alemanha-1945, pressão internacional para a efetivação da Declaração Balfour de 1917; divisão da Palestina entre Estados judeus e árabes-1947; fim do Mandato Britânico e Proclamação do Estado de Israel-1948.

4) Pela simples leitura dos fatos acontecidos durante o Mandato Britânico, observamos que quase todos os eventos favoreceram a intensificação da imigração judaica na Palestina, com exceção da legislação restritiva para a entrada de judeus, e da venda de terras, em função da pressão árabe.

Essas restrições impediram que milhões de judeus, fugindo do Holocausto, fossem salvos.

Os Mandatários Britânicos, com a derrota da Alemanha e a pressão internacional, num *mea culpa* tardio, procuraram se redimir desse erro.

Já em 1947, propuseram à recém-criada ONU a divisão da Palestina em dois Estados: judeu e árabe, que motivou a resolução da ONU de 29 de novembro de 1947, autorizando os judeus a tomarem, eles próprios, as medidas para criação do Estado de Israel.

Reclamaram os árabes que os Mandatários Britânicos não teriam se definido muito bem quanto à criação do estado árabe. Os ingleses argumentaram que os árabes não queriam a criação de dois Estados: árabes e judeu, pois isso significava o reconhecimento tácito do Estado de Israel pelos próprios árabes – o que seria o maior desastre político para eles. Nisso estavam certos os Mandatários, que, com uma partilha de terras aparentemente justa, com o critério de *ut possedetis*, procuraram reparar os desacertos com os árabes. Essa distribuição de terras na Palestina, entre judeus e árabes, sobre a qual vamos discorrer com mais pormenores, embora aceitemos a boa intenção

dos ingleses, foi anormal, irregular, anômala e infeliz politicamente, como veremos a seguir, apesar de ter sido, com algumas alterações, a base de todos os acordos futuros.

Reconhecemos que da partilha de área, quanto à população em 1947-1948 (625.000 judeus e 150.000 não judeus), até que foi favorável aos não-judeus, mas a infiltração de assentamentos judaicos na área palestina já era um fato. Quando dissemos que a partilha foi infeliz politicamente, queremos expressar a idéia apenas de uma impossibilidade de composição administrativa, pois na Palestina nada pode dar muito certo, ao contrário de outras partes do globo.

Na verdade, nem os Mandatários Britânicos podem ser responsabilizados, porque o problema na Palestina é complexo e talvez indecifrável, pois é conseqüência de eventos bíblicos e históricos, de fatores místicos e racionais, que às vezes não se harmonizam.

5) Era nossa intenção fazer uma descrição pormenorizada das linhas que definem os territórios repartidos entre árabes e judeus, porém teríamos que fazer referências a muitas localidades, com nomes árabes e hebraicos, de difícil localização.

Ao invés disso, preferimos dar uma visão de conjunto, fácil de acompanhar em qualquer carta da região, ressaltando as principais distorções na distribuição das áreas.

– A Cisjordânia (Banda ou Margem Ocidental) não é um conjunto geográfico único. Embora na parte Leste das alturas de Jerusalém a Belém, que são o centro do deserto da Judéia e que descem abruptamente para o Mar Morto, haja continuidade de área, a Oeste dessa cordilheira, que é a parte mais desenvolvida, os dois conjuntos territoriais, o do Norte e o do Sul, estão separados pela Nova Jerusalém (a judaica), que é a ponta de uma verdadeira cunha da Terra de Israel, mas que, por sua vez, é asfixiada pelas bordas centrais dos dois conjuntos territoriais palestinos, o do Norte e o do Sul.

Não citamos a Velha Cidade de Jerusalém (a intramuros, a bíblica) porque, ao tem-

po da realização da partilha, ela estava nas mãos dos jordanianos.

Mas há uma contrapartida. Os dois conjuntos da Cisjordânia também se projetam para Oeste, comprimindo o território de Israel, na sua parte central, a mais estreita e a mais desenvolvida, contra a costa do Mediterrâneo, particularmente o conjunto Norte. Nas saliências do perímetro demarcatório, as distâncias são aproximadamente: em Tulkarem (Tul Karm), 18 km de Netanya; em Kalkilia (Qalqilyah), 15 km de Herzliyya e 25 km do centro de Tel Aviv; em Kadhafa (em frente a Modai'in), também cerca de 15 km do Aeroporto Internacional de Lidda (Lod); em Emaús (Emwas), praticamente se confrontando com Latrun; e finalmente fazendo limite entre a velha e a nova cidade de Jerusalém, a rua dos Pára-quedistas, em frente ao Mosteiro de Notre Dame. Esse último lance (abreviado para simplificação) é um verdadeiro atentado à inteligência humana, pelas implicações de todo tipo e pelo artificialismo da fronteira escolhida, tanto para judeus quanto para árabes.

O conjunto Sul, que começa com a Cidade velha (jordaniã), engloba a região de Belém (Beit-Lehem - Bayt Lahm) e apresenta logo de início nas alturas de Talpiot, Beit Safafa e Beit Jala uma pressão direta sobre a ferrovia de Jerusalém (a judaica) para Tel Aviv.

Por ser mais distante da Costa Marítima, o conjunto Sul só vai constituir ameaça a Beersheva, capital do deserto de Neguev, e como possível região de ligação com Gaza e também como acesso das incursões da fronteira Oeste a Jerusalém. Da saliência de Al Dâhiryá (mais ou menos 13 km da ponta), a demarcação inflete para Nordeste, passa entre Kamel e Arad e termina no Mar Morto, a uns 6 km ao Norte de En-Gedi.

– A Faixa de Gaza tem uma história longa para ser contada e sofreu influência considerável das lutas pelo Sinai, mas apresenta como características negativas principais: ser excêntrica em relação à Cisjordânia e um verdadeiro apêndice de difícil controle para

ambas as partes em conflito, com uma densidade demográfica simplesmente traumática que, por seu índice de pobreza, pode explodir a qualquer momento.

– Quanto ao deserto do Sinai, pela relativa importância no objetivo do nosso tema, e as Colinas de Golan, serão citados apenas quando for necessário.

6) Em traços gerais, era essa a demarcação de 1947, antes que os ingleses se retirassem em 1948, julgando a missão cumprida.

Logo que esses deixaram o porto de Haifa (Heifá, em hebraico), os países árabes (Líbano, Síria, Iraque, Jordânia e Egito) atacaram o recém-criado Estado de Israel, para destruí-lo. Era a guerra de 1948, que os judeus chamaram de “Libertação”.

A Guerra de 1948 não trouxe muitas vantagens territoriais para os judeus.

Mas a grande vitória foi a liberação da Nova Jerusalém (a judaica), que os combatentes judeus conseguiram com imensos sacrifícios eliminando as resistências que dominavam, das alturas as duas mais importantes ligações terrestres entre a cidade sitiada e a Terra de Israel – a autopista número 1 e a ferrovia, as duas que permitiriam o reacompanhamento de pessoal e o ressuprimento aos defensores da cidade.

Mesmo com a derrota das Forças invasoras em todas as frentes, a linha demarcatória pouca alteração sofreu, apesar das oscilações em consequência das inúmeras incursões armadas. No entanto, a pior anomalia não foi eliminada – a Cidade velha continuou separada da nova Jerusalém, e ficou com a Jordânia. Se no aspecto territorial não houve muita alteração, alguns eventos históricos seriam decisivos para as atitudes futuras de ambas as partes em conflito.

Não conseguindo o objetivo maior de destruição de Israel (o Estado), os árabes fizeram uma investida violenta contra a nova Jerusalém (a Capital dos judeus), que também fracassou. Mas quanto ao Templo, ou o que o simbolizava, os jordanianos fizeram a sua parte. Arrasaram o bairro judaico, des-

truíram as sinagogas e impediram o acesso de judeus ao Muro das lamentações, o local mais sagrado do judaísmo.

O tripé da fé judaica e de seu monolitismo nacional (o Estado, a Capital e o Templo) estava agora oscilando. Apesar de todos esses percalços, o Estado de Israel assinou, em 1949, um armistício com os países árabes (exceto o Iraque), praticamente restabelecendo a situação anterior, com a diferença do desafogo da Nova Jerusalém.

Parecia que Israel tinha cometido um erro de avaliação, naturalmente minimizado pela forte pressão internacional, agora mais interessada no petróleo.

Porém, essas desvantagens judaicas foram temporárias, embora a Cisjordânia ficasse sob controle da Jordânia e a Faixa de Gaza, sob administração do Egito, indicando prazo não tão curto assim.

Contudo, os judeus tinham vencido em todas as frentes e o moral da nação estava alto.

Com a criação do Estado de Israel, e a abolição das leis restritivas de imigração e de venda de terras, houve um grave problema de espaço físico, com a imensa entrada de judeus de todos os cantos e o fácil acesso para o árabe através da fronteira de 480 km com a Jordânia.

Nem a Guerra do Sinai, em 1956, contra o Egito, conseguiu deter a pressão demográfica na Cisjordânia, com o conseqüente aumento do número de atritos agrários e conflitos localizados.

Na Terra de Israel, mais de duzentos assentamentos palestinos foram evacuados à força, o que, juntamente com a invasão de assentamentos judaicos na Cisjordânia, deu início a um grave problema social que se tornaria um pesadelo para ambas as partes em conflito e também para os países árabes periféricos: o dos refugiados palestinos. A tensão chegou a tal ponto, com os atritos e as provocações mútuas, que, em junho de 1967, Israel atacou de surpresa em todas as frentes, na chamada Guerra dos Seis Dias, num ataque fulminante:

Reunificou a Grande Jerusalém, tomando a Velha Cidade das mãos de jordanianos, conquistou parte das alturas de Golan, na Síria (uma operação para segurança da fronteira Nordeste com aquele país) e assumiu o controle total da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Não falamos do Sinai porque por três vezes foi tomado do Egito e logo devolvido, por pressões internacionais.

É claro que houve mudanças na linha demarcatória, principalmente em torno da Grande Jerusalém, com o controle das elevações a Oeste de Kiryat Hadassá, Beit Zayit, Motza e Mevasseret Zion; ao Norte, garantindo o aeroporto de Jerusalém; a Leste controlando Arata e El Azarye (Betânia), que estão fora do município; e ao Sul, englobando Sur Bahir, Umm Tuba e Ramat Rachel e excluindo Beit Jala. As ligações terrestres com Tel Aviv foram completamente desafogadas.

A esse tempo, a população da palestina era, aproximadamente, de 2.300.000 judeus, 300.000 mulçumanos, 70.000 cristãos e 30.000 outras minorias.

Com o sucesso operacional militar de 1967, os assentamentos judaicos na Cisjordânia multiplicaram-se, enquanto, na Faixa de Gaza, foi moderada a expansão. Com a Guerra de 1973 (Íon Kpur), ocorreu a última tentativa árabe (Egito e Síria) de guerra convencional, resultando, para Síria, em mais uma derrota em Golan e, para o Egito, num armistício com Israel, com a pacificação de suas fronteiras e efeitos políticos promocionais para os dois Chefes de estado.

Essa paz com o Egito foi um fator marcante na decisão unilateral de Israel em evacuar os assentamentos judaicos da Faixa de Gaza, ficando, porém, com o controle do espaço aéreo, da costa marítima e da fronteira terrestre.

Na atual conjuntura, o número de assentamentos judaicos na Cisjordânia ultrapassa uma centena, contando os organizados e os em acabamento, atendendo naturalmente a interesses econômico-sociais e também, acima de tudo, a problemas de segurança.

A opção pelo terrorismo, que na verdade já fora decidida muito antes após a Guerra de Íon Kipur (1973), deu alerta aos extremistas palestinos para a intensificação do terrorismo, que passou a incluir como alvos até países árabes discordantes desse tipo de luta, como o Egito e a Arábia Saudita.

Somente mais uma informação importante, antes de passarmos ao item número 4 – Uma projeção para o Estado palestino sem o terrorismo:

O muro construído por Israel (que muitas pessoas comparam emocionalmente com o antigo muro de Berlim) tem funções específicas:

- suprir a inexistência de uma fronteira natural;
- facilitar o controle por Postos de Controle na estrutura;
- regular a circulação de trabalhadores pelos portões de Controle;
- reforçar a segurança nas áreas de fácil acesso a incursões terroristas, em combinação com a localização de assentamentos.

As cartas não mostram essa calculada distribuição de assentamentos, mas não é necessária muita perspicácia para imaginá-los mais concentrados nas saliências, antes citadas no item 3 deste artigo, e principalmente em torno da grande Jerusalém, como presença básica contra incursões terroristas e também contra assentamentos, sensíveis para quem vive na Palestina, entende de segurança e avalia estatisticamente qual o saldo compensador entre acertos e erros cometidos, para medidas tão contundentes e de impacto psicossocial negativo.

Eis aí, em linhas gerais, a situação da palestina hoje.

Os enfoques foram objetivos e suficientes para uma análise das propostas de criação de um Estado Palestino.

4. Uma projeção sem o terrorismo

a. Fatores que favorecem:

1) É uma projeção aceita pela opinião pública mundial, pelos aspectos humanís-

ticos que atende, e pela antevisão de uma paz duradoura numa região conflitada;

2) Indicação de um razoável grau de maturidade política da maioria de parlamentares judeus, aceitando um Estado não-judeu na Terra prometida e, com mais destaque ainda, de uma expressiva parcela da comunidade árabe, reconhecendo, em consequência lógica, a existência do estado de Israel, cuja destruição fora sempre o objetivo primeiro das incursões armadas dos países árabes periféricos;

3) O desejo sincero de setores expressivos das populações árabe e judaica almejando o fim de tantas mortes de inocentes, especialmente crianças e mulheres;

4) O apoio moral e material dos países industrializados, particularmente das democracias ocidentais, que se empenham na busca de uma paz duradoura na região, mesmo que, prioritariamente por seus próprios interesses econômico-políticos.

5) A defesa de uma idéia irrefutável, que é neutralização do terrorismo, se não a sua eliminação, pelo menos na área de responsabilidade de judeus e palestinos;

6) A evacuação dos assentamentos judaicos da Faixa de Gaza pela decisão unilateral do governo de Israel que, “aparentemente”, dá um grande passo pela paz, apesar de dolorosos sacrifícios dos assentados e forte oposição, embora minoritária, de setores da sociedade judaica.

7) A possibilidade de concessões mútuas para a formação de um Estado Palestino, alterando assentamentos da Cisjordânia, contanto que sejam evitados deslocamentos radicais e, acima de tudo, que seja preservada a segurança em toda a área, mesmo na previsão de mudança na liderança política palestina.

b. Fatores contrários a essa proposta:

Antes de enumerarmos os principais fatores, queremos esclarecer que a expressão “sem terrorismo” não significa exatamente a sua eliminação ou a destruição total de seus seguidores. Visa a prever um controle

efetivo de suas atividades ou mesmo uma cessação de hostilidades contra os judeus por um prazo bastante longo, que permita aos dirigentes do atual governo provisório palestino estruturar os elementos necessários ao suporte de suas decisões.

Enumeração dos fatores contrários a essa projeção

1) O terrorismo na Palestina, como em todas as partes do mundo, não é uma atividade isolada com limites demarcados de atuação territorial. Ele pertence a um movimento de grande amplitude internacional. Em poucas palavras, o terrorismo está globalizado.

2) Ele defende a sua atitude extremada por um objetivo político bem definido, a destruição do estado de Israel – símbolo da luta tradicional das lideranças árabes-mulçumanas, que transitoriamente toleram a convivência com o vizinho judeu, por força das derrotas militares, da pressão internacional e de conveniências políticas imediatas.

3) Esse objetivo da luta armada terrorista, atingido, abre caminho para o verdadeiro ideal de um Estado Islâmico na Palestina integrado ao pan-islamismo asiático. Já nesse segundo lance, convém detectar as primeiras dissensões na comunidade árabe internacional.

4) A fragilidade da liderança política civil (ou secular) palestina⁸, herdada dos dias de Arafat, que já caracterizamos em artigo anterior como um dos mais fortes antagonismos, visando à solução do conflito.

5) O recrutamento para as hostes terroristas facilitado pelas condições de vida dos palestinos desocupados e “urbanizados” (50% de desemprego em Gaza), e cuja tendência é o aumento da pressão demográfica, com a entrada de imigrantes, livre com a instalação do Estado palestino.

6) As dificuldades de acordos nas fronteiras, de controle do espaço aéreo, de circulação terrestre, de fiscalização da costa marítima, de entrada de imigrantes judeus (olim hadashim) e de refugiados palestinos (deve haver uma limitação, com oposição generalizada no mundo e na periferia árabe).

7) Ressaltamos o grave problema de assentamentos judaicos na Cisjordânia, do muro construído e a ser construído, esses dois problemas interligados por questões de segurança; e como agir com a ameaça futura do “apêndice” Faixa de Gaza, que já atingiu um índice demográfico traumático (3.600 h/km²), ideal para o treinamento do terrorismo.

5. Um Estado palestino com a situação atual

a. Fatores favoráveis

1) Francamente falando, não detectamos nenhum fator favorável à instalação de um Estado palestino na situação atual. Somos da opinião que Israel não concordará com a proposta enquanto o terrorismo não estiver sob controle, qualquer que seja a pressão internacional.

2) Talvez a ocorrência de um grave evento político internacional não previsto, particularmente no Oriente Médio, possa alterar a situação interna na Palestina. Juntamos a isso a preparação militar da milícia palestina, realizada com o apoio material do Ocidente, que pode dar a Mahmoud Abbas o reforço de liderança necessário. Lembramos que a vinda de “especialistas” nessa tarefa pode caracterizar a força palestina como “estrangeira”, e as conseqüências nós já conhecemos.

3) Quanto à evacuação dos assentamentos judaicos da Faixa de Gaza, que a imprensa internacional julgou uma iniciativa do governo de Israel para a paz, somos de opinião contrária. Foi uma jogada de mestre de Ariel Sharon. Sabendo que, superficialmente, iria colher os efeitos promocionais de sua decisão, o Primeiro Ministro de Israel, com uma cirurgia rápida, porém dolorosa, realizou o transplante de um apêndice prestes a “supurar” para o organismo político e operacional de Mahmoud Abbas, que passou a ter uma responsabilidade enorme em suas mãos; além desse efeito, Israel vê-se livre de problemas de segurança a distân-

cia, como também de gastos enormes, além da desvinculação de Israel com 1.300.000 palestinos. Os técnicos militares devem acrescentar mais uma previsão: com as prováveis ações terroristas em prazo não muito longo, as retaliações de Israel serão mais ousadas e diversificadas, pois que não há mais judeus na área.

b. Fatores contrários

Podemos afirmar que todos os fatores citados (subitem 4.b) contrários à hipótese de um Estado Palestino sem terrorismo podem ser válidos para a situação atual, em que o terrorismo atua segundo as suas avaliações políticas e não de acordo com o Governo Provisório Palestino.

O que podemos fazer é acrescentar algumas situações e eventos que vão agravar ainda mais a relação judaico-palestina.

1) Além das preocupações constantes do subitem 4.b.6, na presente perspectiva de um Estado Palestino na situação atual, tudo aumenta de gravidade, pois há pontos críticos⁹ que vão exigir medidas imediatas e conjuntos de assentamentos não cercados por muros e assentamentos isolados, que, pela insegurança vão se tornar insustentáveis.

2) O controle do espaço aéreo torna-se muito difícil para Israel, devido à situação da Grande Jerusalém, que pode ser facilmente atingida por qualquer avião de pequeno porte ou mesmo helicóptero partindo de dentro da Cisjordânia. Como a aeronave vai percorrer a maior parte (quase a totalidade) do espaço aéreo dentro de suas próprias fronteiras, vai surgir de repente em frente ao Centro Governamental, por exemplo, se entrar pelo corredor aéreo de Bait Zaiyt ou Mozza, o que será de problemática interdição. Quando os pequenos mísseis “ar-terra” estiverem à disposição dos terroristas palestinos, tanto essa hipótese como centenas delas semelhantes vão dar dor de cabeça à segurança de Israel.

3) Não vamos citar os problemas em todos os pontos críticos, pois não caberiam nesse artigo; mas a saliência de um conjun-

to Norte da Cisjordânia em Emwas (Emaús), confrontando Latrun, fica debruçada sobre a autopista numero 1, de Jerusalém a Tel Aviv, que pode ser danificada a qualquer momento se o muro retificador não for concluído logo; o mesmo poderíamos dizer com relação a Beit Jala e à via férrea de Battir, mas ali as medidas todas já foram tomadas; e assim por diante;

4) Um evento muito curioso foi a declaração de Mahmoud Abbas, expressando que ele não poderia imaginar um Estado Palestino sem Jerusalém (A Velha Cidade) como capital. Em parte ele tem razão, porque qualquer Estado Palestino precisa de um símbolo místico como capital. Por outro lado, essa declaração foi um descrédito muito grande num Estado Palestino, pois é uma hipótese que está fora de cogitação para o povo e o governo judaicos.

5) Deixamos para o final o maior fator contrário à criação do Estado Palestino na situação atual, isto é, com o terrorismo sem controle. Com os dois Estados, Israel e Palestina, separados pela atual fronteira, murada ou não, é uma fronteira política separando dois Estados soberanos.

6) Na hipótese de ocorrência de qualquer atentado terrorista em território israelense, os terroristas só poderão ser perseguidos até a fronteira. A entrada de força de Israel no território Palestino é um ato de guerra. Basta essa hipótese para a não aceitação de um Estado Palestino, sem controle do terror. Esse argumento pode ser estendido para o espaço aéreo. Infelizmente, não há possibilidade para esse acordo nas atuais circunstâncias.

6. Conclusão

Tudo teve início, realmente, com a conquista da Terra de Canaã, pelos israelitas, cerca de 1200-1250 aC, sob a liderança de Josué (Moisés tinha morrido) e sob a inspiração monoteísta de Abraão, que recebera do Senhor a promessa de uma Terra para seu povo, sendo chamada então de Terra Prometida.

A discussão sobre essa conquista, que foi feita pelas armas, mas com uma conotação mística, tem proporcionado respostas controversas, por observadores diferentes, com a conclusão de que é impossível a mensuração de realizações histórico-bíblicas, impregnadas de misticismo, com instrumental puramente material e racional.

Para os judeus, é uma verdade histórica sob inspiração divina e fora de discussão.

Foi com essa motivação que David, mais ou menos em 1010 aC, tomou dos Jebuseus sua capital (antiga Salém, de Melquizedec) e a chamou de Jerusalém, fundando logo após o reino de Israel. O Templo foi construído por Salomão, por ordem de seu pai David, logo em seguida.

Essa tríade – Reino de Israel, com Jerusalém como Capital sede do Templo, centro espiritual – é, com base no monoteísmo, o sustentáculo da fé judaica bem como da unidade nacional do povo judeu.

O caro leitor não pode, a partir de agora, perder de vista esse trio místico-político (Estado-Capital-Templo), que preside todas as atitudes do povo e do governo de Israel.

1) Sofrendo tudo o que um povo pode sofrer durante milênios, para manter a esperança de uma Terra Prometida, da qual várias vezes foi afastado à força, o povo judeu soube manter no exílio a visão messiânica do retorno e, quando isso aconteceu para a Terra de Israel, com a criação do Estado de Israel em 1948, lá encontrou uma colonização de seus compatriotas bem estruturada, composta de comunidades e assentamentos, que só se desenvolveu vencendo todo tipo de obstáculo.

Os judeus da dispersão jamais esqueceram sua pátria, tendo trazido dos países onde estavam dispersos uma enorme variedade de tecnologias, tanto das ciências em geral como da indústria agrária.

Juntemos a isso a capacidade de organização das Entidades de direção política, trabalhista e de apoio social e compreenderemos o sucesso de toda colonização judaica, mesmo durante períodos de domínio mul-

çumano, como aconteceu no governo turco-otomano, de 1516-1917.

A união desses três fatores – a resistência heróica dos que ficaram, a esperança messiânica de retorno dos exilados e a capacidade de liderança das Organizações Sionistas – deu em consequência uma Força de Defesa de Israel (a Haganá, depois, Tzahal) que venceu todas as guerras contra os vizinhos árabes, muito superiores em número.

Além disso, vamos ressaltar um aspecto que pouco tem sido comentado pelos analistas.

Os judeus, quando retornavam à Palestina dos países da dispersão, traziam, além dos conhecimentos adquiridos (especialmente da Europa), contribuição financeira dos Fundos Judaicos, dos exilados que não podiam voltar, em um movimento imigratório (Aliá) da periferia (forçando a palavra) para um ponto único, em que concentravam os esforços: era um movimento “centrípeto”, para a Terra prometida (a Palestina), que dava à nação judaica uma capacidade de luta fora do comum.

2) Os cristãos foram conhecidos, historicamente, em três fases. Primeira – o ministério e a morte de Jesus de Nazaré. Eram quase todos judeus; foram perseguidos e expulsos da palestina pelos próprios judeus fariseus. Segunda – sob a etnia mista de “bizantinos”, recebendo a Palestina como herança política dos romanos, tendo reformado Jerusalém, substituído templos e monumentos romanos por igrejas e símbolos cristãos. E terceira – durante as Cruzadas, como representações religiosas, mas nunca como nação em busca de uma pátria, pois eram uma congregação de várias etnias.

3) Os árabes e mulçumanos, na sua expansão, fizeram um movimento contrário ao dos judeus – centrífugo, da Península Arábica para regiões distantes do globo –, não levando um sentimento de procura de pátria prometida, mas o misticismo da difusão do Islam.

Sofreram uma dispersão com as terras conquistadas e não tinham idéia de retorno

para a sua região de origem, onde ficaram na lembrança as cidades sagradas de Meca e Medina.

Não podendo competir com as falanges árabes poderosas que conquistaram a Síria, o Iraque e o Egito, o reduzido contingente que se apossou de Jerusalém e de toda a Palestina, procurou pelo menos, não ficar ofuscado com a projeção política e cultural das três capitais sedes das dinastias: Damasco, Bagdá e Cairo.

Esse contingente árabe-muçumano, notando que era preciso um valor mais alto, um símbolo místico, que simbolizasse a comunidade árabe periférica, transformou Jerusalém em cidade sagrada (Al Quds, Al Shariff), o Venerável Santuário. A inspiração foi fácil de achar, pois uma tradição paralela propagava a ascensão de Maomé ao céu, partindo de um local na antiga Esplanada. Destruídos os Templos cristãos, bizantinos, foram construídas as mesquitas de Omar e Al Aqsa e, sob a primeira, o Domo de La Roca.

Para não macular o misticismo da nova capital, transferiram os órgãos da administração para Ramle.

Os árabes não demonstraram muita capacidade administrativa, não somente no período de seu domínio como nos governos muçulmanos que se seguiram depois da alternada troca de poderes durante as Cruzadas.

Sua cultura era reconhecidamente ornamental (artes, filosofias, literatura), em que realmente brilharam em todo o Oriente Médio. Mas nas tecnologias, principalmente no desenvolvimento agrário, eram limitados. E isso foi fundamental para os futuros atritos com os judeus. Quando eclodiu a guerra de 1948, vencida por Israel, não somente o suporte operacional militar, mas a flagrante superioridade judaica numa política de produção agrária foram decisivos para a fuga de palestinos. O número aproximado de judeus era de 630.000 e de muçulmanos, 130.000 nessa “Guerra de Libertação”, que teve dois efeitos essenciais na Palestina: afir-

mou a superioridade militar de Israel sobre os árabes e produziu logo a seguir, em 1949, mediante acordo, a distribuição oficial da Palestina entre as etnias árabes e judaica, que tanta perturbação tem causado até hoje.

Com a Guerra dos Seis Dias (junho de 1967), Israel assumiu o controle de tudo (Cisjordânia, Gaza, Golan – segurança – e o êxodo palestino chegou ao máximo). Com a última tentativa em 1973 (Guerra do Iom Kipur), os palestinos intensificaram o terrorismo, que já havia sido escolhido como forma de combate alguns anos antes.

A configuração geral da fronteira entre as duas facções em luta permanente e a precariedade de seu traçado já foram com bastantes pormenores esboçados no nosso item 3, e as perspectivas de criação de um Estado Palestino, nos itens 4 e 5.

Podemos resumir toda a conclusão analítica do tema tratado no seguinte:

4) A criação do Estado de Israel, reconhecido pela ONU, é irrevogável, segundo o pensamento judaico;

– A capital em Jerusalém é o segundo elemento fundamental, final de todo o ideário bíblico que tem início com a antiga Salém. Sua divisão em Nova Jerusalém (a Judaica) e a Cidade Velha (intramuros, a Sagrada) é inconciliável, pela recordação contundente da destruição do bairro judaico e de suas sinagogas e do impedimento aos judeus de acesso ao Muro das Lamentações (ou Ocidental).

– A concepção mística e a aceitação mental do Muro das Lamentações como “3º Templo”, que alguns analistas não-judeus discutem, é assunto para um artigo completo, que não caberia nesta conclusão. No entanto, alinharemos as seguintes causas que justificam:

– históricas: não foram os árabes que destruíram o 2º Templo, e, sim, os romanos;

– políticas: qualquer mudança arquitetônica na Esplanada seria, para a comunidade árabe, uma agressão mística com efeitos irreversíveis;

– além dos benefícios turísticos, o momento é de conciliação em determinados aspectos.

5) Há certos aspectos essenciais nessa análise, que têm que ser ressaltados:

– a situação dos 250.000 assentados na Cisjordânia, que ficarão sem segurança quando Israel perder o controle político da área;

– a construção de um muro para definição de uma fronteira, com todas as implicações de efeito internacional, de retificação obrigatória de pontos críticos, da defesa problemática da Grande Jerusalém;

– a possível reação de Israel a incursões terroristas partindo da Faixa de Gaza, que será provavelmente uma base segura para essas ações, sem o controle judaico do espaço aéreo, da costa marítima e das fronteiras terrestres. Há previsão de pressão demográfica pelo aumento de refugiados; facilidade de recrutamento para o terrorismo, pelo desemprego e pela pobreza da área;

– com a criação de um Estado Palestino, a fronteira terrestre (com muro ou sem muro) é uma fronteira “política” entre dois Estados soberanos. A perseguição e a retaliação da tropa israelense terminam na fronteira, porque a sua transposição por tropa de Israel será um ato de guerra, e as consequências, imprevisíveis.

6) Por isso, as hipóteses de criação de um Estado Palestino, poderiam ser resumidas nas seguintes: 1ª) com o terrorismo, na situação atual; 2ª) sem o terrorismo.

Para a primeira hipótese, a nossa perspectiva é de possibilidade *zero*. Não acreditamos que Israel concorde, mesmo sob forte pressão internacional.

Para a segunda hipótese, que podemos prever também com a *nuance* de “terrorismo sob controle”, admitimos uma tênue possibilidade, que poderia adquirir consistência com a conjunção dos seguintes fatores:

– um evento inesperado aleatório, nos campos militar, político, ou em outro campo qualquer, que enfraquecesse decisivamente o terrorismo na Palestina. Acontecimentos desse tipo têm mudado o rumo da História;

– uma substancial preparação das Forças de Segurança Palestinas, com o decidi-

do apoio material e diplomático das democracias ocidentais, que se empenhariam junto com países árabes moderados para o convencimento da comunidade árabe, em geral, da inutilidade da continuação do terrorismo na Palestina, tirando qualquer perspectiva de paz naquela região;

– uma firme decisão da liderança religiosa islâmica, fundamentalista (tanto sunita quanto xiita), nos meios de comunicação e nas mesquitas, convencendo a grande e fiel comunidade árabe – muçulmana, ainda em maioria – que a doutrina de Maomé não admite e condena essas ações de violência que estão matando preferentemente inocentes árabes-muçulmanos.

Mas para isso, como já dissemos em artigo anterior, é necessário que os líderes religiosos, os guardadores fiéis dos ensinamentos da mais pura essência moral, não deixem que sejam adulterados os textos do Corão.

Urge, com personalidade, enfrentarem os mandantes terroristas, que estão utilizando o Islã para a criação de uma imagem de “Guerra Santa” ou de “civilizações”, cujo desfecho pode ser uma ameaça maior à humanidade.

Julgamos que o papel da liderança islâmica conservadora é fundamental no combate ao terrorismo, papel que só pode ser assumido com mudanças de atitudes, que só serão efetivas se reformuladas com a vontade firme e o desejo sincero de melhorar o tumultuado ambiente global.

Os judeus “aparentemente” deram um passo a frente, com a iniciativa unilateral de abandonar a Faixa de Gaza. Também sabemos que há um contingente expressivo da “nova geração” com pensamento menos radical e até mais flexível para solução dos problemas, o que já é considerado um obstáculo para o pessoal da linha dura.

Os cristãos, finalmente, estão tomando o devido lugar de mediadores, função que sempre foi postergada pela acomodação aos designios escatológicos.

Já no nosso artigo “Palestina II”, sugerimos algumas reformulações de atitudes de

dirigentes de todos os continentes para que o pior seja evitado. Mas é preciso mais do que isso.

O mundo está precisando é de uma reciclagem de base espiritual, que presida a fusão das filosofias no sentido do humanismo e da concórdia global.

Não acreditamos que essa enxurrada de Tsunamis, terremotos, furacões, vulcões em erupção, tempestades, juntamente com as guerras e os conflitos localizados sejam, como alguns pensam, prenúncios apocalípticos. Na verdade, esses fenômenos naturais são avisos aos poderosos do mundo que basta uma Tsunami isolada para acabar, num instante, com qualquer instalação artificial por mais sólida que pareça. Também aos donos da inteligência científica estão as novas doenças alertando para que, em vez de se desgastarem tanto com os problemas da engenharia genética, que tem seus aspectos positivos, mas também seus efeitos hipotéticos, dêem a sua colaboração preciosa à produção de vacinas eficientes contra a Ebola, a SARS (Severe Acute Respiratory Syndrome) e a Gripe do Frango, que desafiam a medicina moderna e ameaçam tornar-se, especialmente a última, uma pandemia em vários continentes, já iniciada.

A preservação da pessoa humana com seus defeitos e seus direitos, em todos os quadrantes do mundo, e, qualquer que seja a sua filosofia de pensamento, é o que urge alcançarmos.

As igrejas cristãs estão marchando ou sadamente para esse idealismo humanitário, com a busca do ecumenismo religioso, apesar das dificuldades nas mútuas concessões dogmáticas. A igreja Católica, pela ação de João Paulo II, tomou atitudes edificantes com relação à superação de obstáculos entre as três grandes filosofias monoteístas – o Judaísmo, o Cristianismo e o Islamismo –, tendo deixado um verdadeiro testamento de moral cristã para o seu seguidor o Papa Bento XVI.

Não há dúvida, é o caminho para a compreensão universal, que todas as religiões

pregam, mas cuja bandeira foi desfraldada, em primeiro lugar, pelo Cristianismo.

Quando o objetivo primordial for atingido – “a globalização da fraternidade humana” –, então, sim, os cristãos particularmente, pela missão cumprida, e como apóstolos do Novo Mandamento, devem estar preparados, com tranqüilidade, para uma manifestação verdadeira de proximidade do final dos tempos, que julgamos não ocorrerá nos nossos dias.

A não ser que dirigentes dos países chamados de “Eixo do Mal” e daqueles que, com atitudes dúbias, os favorecem, queiram abreviar o processo; convencidos de que os atuais conflitos no Oriente Médio façam parte de um contexto de “guerra santa” ou “de civilizações”, possam transferir os conhecimentos da Tecnologia Nuclear, pela qual tanto batalham na mesa de negociações, aos grupos terroristas.

De posse de artefatos obtidos dessa fonte poderosa de energia, os terroristas podem empregá-los em ações devastadoras, especialmente contra países que fazem campanha contra o terrorismo.

A resposta dos países atingidos, provavelmente tradicionais democracias ocidentais, que possuem um arsenal atômico muito mais poderoso e eficaz, será implacável e catastrófica, porque os potenciais objetivos não são mais ninhos de terroristas ou depósitos clandestinos de armas e munição, mas, sim, áreas, regiões, países inteiros que já estão catalogados desde já, por darem abrigo e apoio material ao terrorismo. Não tenhamos dúvida a respeito.

Quando os eventos dramáticos começarem a ocorrer, para infelicidade geral, não somente a cristandade, mas toda a humanidade deve estar preparada, porque tais eventos não mais constituirão sinais precursores de um final que se aproxima, mas serão, eles próprios, o fim da civilização que já estará em andamento.

Notas

¹ Reino de Israel: era a concretização da tríade mística em que está baseada a Lei, a unidade do povo judeu (O Estado soberano – Israel; a capital mística: Jerusalém; e o templo – centro espiritual).

² Nazaré: ignorada até nos relatos de Flavius Josephus, já existem duas provas substanciais de sua existência, no tempo de Jesus. A 1ª um achado arqueológico romano bastante recente, citando a cidade da baixa Galiléia. A 2ª Dar Bahat, eminente arqueologista judaico, mostra que Nazaré acolheu um grupo de judeus fugidos de Jerusalém logo com a destruição do templo, 30 anos após a morte de Jesus, o que confirma já ter sido importante há algum tempo (Veinte Siglos da Vida Judia, pág. 8)

³ Ramlé: de significado “areia”, está próxima de Lida, quase no litoral. Não confundir com Ramalah, na Cisjordânia.

⁴ Cruzados: quando perderam Acre, sua capital na Palestina, terminou o domínio cristão, em 1291 dC.

⁵ Período Turco-Otomano: foi extraordinário o progresso dos feitos judaicos nesse período, embora o regime dominante fosse muçumano.

⁶ Aliá: palavra de raiz hebraica que significa “subida”; como Jerusalém está a 830m de altitude, o imigrante judeu que chegava subia à Capital. Em massa, é o contrário de “diáspora”. (A RIL nº 164 explica melhor. Página 330).

⁷ Palestina: a área é muito reduzida e não há espaço físico para os dois povos. É um aspecto especial.

⁸ Liderança: os palestinos não têm liderança civil e os judeus, que a possuem de sobra, vão enfrentar agora a ausência de Ariel Sharon.

⁹ Pontos críticos: (além dos ressaltados no item 3.2.5); há pelo menos uma dezena a mais. Assim

com a situação atual, com essa fronteira artificial (com muro ou sem muro) e o terrorismo fora de controle, é inconcebível a criação de um Estado Palestino. Seria um perfeito desastre político.

Referências

AGUIAR, Hugo Hortêncio. Globalização e nacionalismo. *Revista de informação legislativa*, Brasília, a. 42, n. 167, p. 255-269, jul./set. 2005.

_____. Islamismo e estado. *Revista de informação legislativa*, Brasília, a. 38, n. 152, p. 269-299, out./dez. 2001.

_____. Israel: Estado e religião. *Revista de informação legislativa*, Brasília, a. 38, n. 153, p. 277-301, jan./mar. 2002.

_____. Palestina: parte I. *Revista de informação legislativa*, Brasília, a. 41, n. 163, p. 347-359, jul./set. 2004.

_____. Palestina: antes e depois de Cristo: parte II. *Revista de informação legislativa*, Brasília, a. 41, n. 164, p. 317-330, out./dez. 2004.

GIORDANI, Mário Curtis. História do mundo medieval. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Lands of the Bible Today. Edição 1956 – The National Geographic Magazine

Israel and Adjoining Countries – Edição 1975 – Kimerly & Frey

Jerusalém – Edição 1969 – E. Pikovsky Ltda